

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de **Serviços de Borracharia em geral para atenderem a demanda operacional da Prefeitura Municipal (Secretaria Municipal de Administração e seus Departamentos, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura e Transportes e Secretaria de Obras e Serviços Públicos), Fundo Municipal de Assistência Social de Fundo Municipal de Meio Ambiente, do município de Santana do Araguaia-PA**, segundo quantitativos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, e demais exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e demais secretarias, a seguir detalhados:

Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Administração:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	100	SV	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
2	100	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
3	200	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO
4	100	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES
5	200	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO
6	200	SV	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
7	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
8	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE
9	2.000	SV	SERVIÇOS DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Agricultura:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	150	SV	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
02	50	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
03	50	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES

			CARRO DE PASSEIO COM BICO
04	100	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES
05	100	SV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO
06	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
07	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
08	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
09	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
10	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
11	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
12	100	SV	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
13	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
14	50	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE
15	4.000	SV	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes:

ITEM	QDT	UND	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	100	SRV	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
2	150	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
3	100	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO
4	200	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES
5	150	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO
6	200	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES
7	100	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM TIP TOP

8	100	SRV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM BICO
9	100	SRV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1000X22 - 1100X22
10	100	SRV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X22 COM TIP TOP
11	100	SRV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X22 COM BICO
12	150	SRV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
13	100	SRV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
14	100	SRV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
15	100	SRV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
16	100	SRV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
17	100	SRV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
18	100	SRV	CONSERTO DE PNEU PA CARREGADEIRA
19	150	SRV	CONSERTO DE PNEU RETRO ESCAVADEIRA
20	250	SRV	CONSERTO DE PNEU MOTONIVELADORA (PATROL)
21	100	SRV	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
22	100	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
23	80	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE
24	100	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHÃO
25	150	SV	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

Prefeitura Municipal – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

ITEM	QDT	SV	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	100	SV	CONSERTO DE PNEU RETRO ESCAVADEIRA
2	150	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
3	100	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO
4	200	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES
5	150	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO
6	200	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES
7	100	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM TIP TOP
8	100	SV	CONSERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM BICO
9	100	SV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1000X22 - 1100X22
10	100	SV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X22 COM TIP TOP
11	100	SV	CONSERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X22 COM BICO
12	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA

13	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
14	100	SV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
15	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
16	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP
17	100	SV	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO
18	100	SV	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
19	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
20	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE
21	100	SV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHÃO
22	100	SV	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
23	15000	SV	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

Fundo Municipal de Assistência Social

ITEM	UND	QTDE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	SRV	80	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
2	SRV	80	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
3	SRV	80	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO
4	SRV	80	CONCERTO DE PNEU PARA ÔNIBUS
5	SRV	80	CONCERTO DE PNEU PARA KOMBI
6	SRV	80	CONCERTO DE PNEU PARA VAN
7	SRV	80	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
8	SRV	80	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
9	KM	1.500	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

Fundo Municipal de Meio Ambiente:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
1	120	SRV	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS
2	70	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO
3	60	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO
4	50	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES
5	50	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO
6	60	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES
7	60	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM TIP TOP

8	60	SRV	CONCERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM BICO
9	50	SRV	CONCERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1000X22 - 1100X20
10	50	SRV	CONCERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X20 COM TIP TOP
11	50	SRV	CONCERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X20 COM BICO
12	0	SRV	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA
13	120	SRV	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL
14	60	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE
15	50	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE
16	50	SRV	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHÃO
17	1500	KM	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

- 2.1.** A contratação de tais serviços de Borracharia em geral se faz necessário para a otimização dos serviços em relação à frota de veículos, motocicletas e máquinas pesadas, os quais são essenciais para auxiliar o funcionamento da máquina pública em geral, e desta forma, contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento dos serviços prestados nas práticas desenvolvidas e ainda, manter a continuidade dos serviços onde necessitam de transporte adequado para realização de demandas da Prefeitura e Secretarias em Geral, tanto na Zona Urbana, e principalmente na zona Rural, e ainda, dar suporte ao desempenho das atividades desenvolvidas no âmbito geral das Secretarias.
- 2.2.** Considerando o ano de 2022 como varias atividades que serão desenvolvidas, de complexidade variada, visando atender as demandas do município. As várias demandas de serviços e atividade faz com que os quantitativos de veículos não suporte as demandas das Secretarias em Geral, sendo necessários o acréscimo para a realização de suas tarefas precípua no atendimento aos munícipes de Santana do Araguaia - PA
- 2.3.** Considerando a necessidade e diversos serviços que serão necessariamente utilizados veículos neste município, fica devidamente justificado a necessidade de Contratação de empresa especializada de Borracharia em geral, para atenderem a demanda operacional das Secretarias da Prefeitura Municipal da Prefeitura em Geral.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 3.1.** Os Serviços prestados de Borracharia em geral, objeto desta licitação, enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 3.555/2000, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1.** O local de entrega dos serviços desta licitação será nos veículos das Secretarias citadas nesse termo e serão realizados dentro da sede do município de Santana do Araguaia-PA.
- 4.2.** A vencedora que não possuir Borracharia na sede do Município será obrigada a instalar no prazo de **10 (dez)** dias, a partir da assinatura do Contrato.
- 4.3.** Os fornecimentos realizados em decorrência do contrato oriundo desta licitação deverão ocorrer de forma imediata, com prazo de até de 4 (quatro) horas corridas para execução dos serviços, contados a partir da notificação por meio de requisição ou ordem de fornecimento, expedida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia-PA.
- 4.4.** Os serviços que serão recebidos pela requisitante, deverão obrigatoriamente, atender as condições exigidas no edital e instrumento contratual.
- 4.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de imediato, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.6.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber os serviços no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.2. A contratada deve responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da secretaria municipal de administração e serviços públicos, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços utilizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a secretaria reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento.

6.3. Garantir a qualidade dos serviços executados pelos seus empregados de modo que estes estejam de acordo com o exigido neste termo quando do cumprimento das obrigações;

6.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sites eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0, _____ / UF16438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0, \frac{\quad}{UF16438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgada o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. 86, da Lei nº 8666/93;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Santana do Araguaia-PA, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que

será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à

Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação de acordo com a média de preços alcançada pelo Departamento de Compras do município é de R\$ 837.385,40 (Oitocentos e trinta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos), conforme planilha a seguir detalhada:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	SERVIÇO DE BORRACHARIA PARA MOTOCICLETAS	SRV	650	R\$ 17,33	R\$ 11.264,50
2	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO	SRV	600	R\$ 27,67	R\$ 16.602,00
3	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS LEVES CARRO DE PASSEIO COM BICO	SRV	590	R\$ 40,00	R\$ 23.600,00
4	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES	SRV	650	R\$ 48,33	R\$ 31.414,50
5	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHONETES COM BICO	SRV	650	R\$ 59,33	R\$ 38.564,50
6	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES	SRV	540	R\$ 73,33	R\$ 39.598,20
7	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM TIP TOP	SRV	340	R\$ 50,00	R\$ 17.000,00
8	CONERTO DE PNEUS PARA VEÍCULOS UTILITÁRIOS CAMINHÕES COM BICO	SRV	340	R\$ 93,33	R\$ 31.732,20
9	CONERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1000X22 - 1100X20	SRV	290	R\$ 59,00	R\$ 17.110,00
10	CONERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X20 COM TIP TOP	SRV	290	R\$ 48,33	R\$ 14.015,70
11	CONERTO DE PNEUS DIANTEIRO E TRASEIRO SENDO: 900X20 - 1100X22 - 1000X20 COM BICO	SRV	290	R\$ 80,00	R\$ 23.200,00
12	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA	SRV	350	R\$ 100,00	R\$ 35.000,00
13	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP	SRV	300	R\$ 86,00	R\$ 25.800,00
14	SERVIÇO DE PNEU DIANTEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO	SRV	300	R\$ 148,33	R\$ 44.499,00
15	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA	SRV	300	R\$ 158,33	R\$ 47.499,00
16	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM TIP TOP	SRV	300	R\$ 108,33	R\$ 32.499,00
17	SERVIÇO DE PNEU TRASEIRO MÁQUINA AGRÍCOLA COM BICO	SRV	300	R\$ 198,33	R\$ 59.499,00
18	CONERTO DE PNEU PA CARREGADEIRA	SRV	100	R\$ 166,67	R\$ 16.667,00
19	CONERTO DE PNEU RETRO ESCAVADEIRA	SRV	250	R\$ 151,67	R\$ 37.917,50
20	CONERTO DE PNEU MOTONIVELADORA (PATROL)	SRV	250	R\$ 153,33	R\$ 38.332,50
21	SERVIÇO DE CALIBRAGEM GERAL	SRV	700	R\$ 20,00	R\$ 14.000,00
22	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO VEÍCULO LEVE	SRV	540	R\$ 43,33	R\$ 23.398,20
23	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHONETE	SRV	380	R\$ 53,33	R\$ 20.265,40
24	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO CAMINHÃO	SRV	330	R\$ 85,00	R\$ 28.050,00
25	CONERTO DE PNEU PARA ONIBUS	SV	80	R\$ 76,67	R\$ 6.133,60
26	CONERTO DE PNEU PARA KOMBI	SV	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00
27	CONERTO DE PNEU PARA VAN	SV	80	R\$ 40,67	R\$ 3.253,60

28	SERVIÇO DE SOCORRO (DESLOCAMENTO)	SV	39.000	R\$ 3,53	R\$ 137.670,00
Valor Total R\$					R\$ 837.385,40

15. DA VIGÊNCIA.

- 15.1.** A ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, após a assinatura da mesma.
- 15.2.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
- 15.3.** O contrato obedecerá ao disposto no caput do artigo 57, da Lei 8.666/93 iniciando-se com assinatura do contrato e terminando com fim do exercício orçamentário, ou seja, até o dia 31 de Dezembro do exercício financeiro vigente.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 16.1.** As despesas para atender a esta licitação serão pagas com os recursos próprios de cada Secretaria que consta nesse termo, por se tratar de Sistema Registro de Preços (SRP) a indicação orçamentária será feita no momento de lavratura do contrato.

EDUARDO ALVES CONTI
Prefeito Municipal